



Índices de Preços no Brasil

Informações até março de 2016



cidadania
financeira



BANCO CENTRAL
DO BRASIL

Série Perguntas Mais Frequentes



Série “Perguntas Mais Frequentes”

Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário
- 2. Índices de Preços no Brasil**
3. Copom
4. Indicadores Fiscais
5. Preços Administrados
6. Títulos Públicos e Gestão da Dívida Mobiliária
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro
8. Contas Externas
9. Risco-País
10. Regime de Metas para a Inflação no Brasil
11. Funções do Banco Central do Brasil
12. Depósitos Compulsórios
13. Sistema Expectativas de Mercado

Diretor de Política Econômica

Altamir Lopes

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques

Carolina Freitas Pereira Mayrink

Henrique de Godoy Moreira e Costa

Luciana Valle Rosa Roppa

Luiza Betina Petroll Rodrigues

Manuela Moreira de Souza

Maria Cláudia Gomes P. S. Gutierrez

Márcio Magalhães Janot

Coordenação

Renato Jansson Rosek

Elaboração e editoração

Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos

Especiais (Gerin)

Brasília, DF

Este fascículo faz parte do Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil.

Índices de Preços no Brasil

Este texto integra a série Perguntas Mais Frequentes (PMF), editada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) do Banco Central do Brasil (BCB), que aborda temas econômicos de interesse de investidores e do público em geral.

Com essa iniciativa, o BCB vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos, buscando reforçar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

Sumário

Visão geral	5
1. O que são índices de preços? Como são calculados?	5
2. Por que existem tantos índices de preços no Brasil?	6
3. Quais são os principais índices de preço no Brasil?	7
4. Qual a importância dos principais índices de preços?	8
5. Quando e por que se deu a multiplicação de índices usados no Brasil?	9
6. Qual tem sido a importância dos índices de preços nos últimos anos?	9
Comparação entre índices de preços	11
7. Em prazo mais longo, como se comparam as evoluções do IPCA e do IGP-DI?	11
8. Como o IBGE calcula seus índices de preço ao consumidor (IPCA, IPCA-15 e INPC)?	13
Metodologia de índices de preços	15
9. Qual o objetivo e o que mede o Índice de Preços ao Produtor (IPP) do IBGE?	15
10. Como a Fundação Getulio Vargas calcula seus índices?	16
11. O que são as prévias do IGP-M?	17
12. Como é calculado o Índice de Preços por Atacado (IPA)?	17
13. Como é calculado o IPC da FGV?	18
14. Como é calculado o INCC?	18
15. Como a Fipe calcula o IPC-Fipe?	18
Outras questões sobre índices de preços	19
16. Existem outros índices de preços?	19
17. O que é o núcleo de inflação? Como é calculado?	19
18. Como posso corrigir um valor pela inflação?	21
19. Onde posso obter as séries históricas mencionadas neste documento?	23



Índices de Preços no Brasil

Visão geral

1. O que são índices de preços? Como são calculados?

Índices de preços são números que agregam e representam os preços de determinada cesta de produtos. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos dessa cesta. Podem se referir, por exemplo, a preços ao consumidor, preços ao produtor, custos de produção ou preços de exportação e importação. Os índices mais difundidos são os índices de preços ao consumidor, que medem a variação do custo de vida de segmentos da população (taxa de inflação ou de deflação).

Por exemplo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 4.591,18 em fevereiro de 2016 e 4.610,92 em março de 2016. A data-base, correspondente a índice igual a 100, refere-se, nesse caso, a dezembro de 1993. Desses dados, conclui-se que a taxa de inflação em março de 2016 foi de 0,43%, e que a inflação acumulada entre dezembro de 1993 e março de 2016 atingiu 4.510,92%, isto é, os preços medidos por esse indicador ficaram multiplicados por 46,1092 no período.

O cálculo de um índice de preço envolve várias questões metodológicas, destacando-se, dentre elas, a definição:

- do objetivo do índice de preço. Por exemplo, o índice pode medir a inflação sofrida pelos empresários do ramo de construção, pelos consumidores em geral, pelos consumidores de baixa renda;
- da região de coleta dos dados, item diretamente ligado ao objetivo do índice. Por exemplo, os dados para se calcular o Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de

Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) da Universidade de São Paulo (USP), são coletados apenas no município de São Paulo;

- das fontes e formas de coleta: tipo e tamanho de pontos comerciais, setores pesquisados, forma de entrevista (pessoal ou telefônica) e outros;
- da periodicidade da coleta: mensal ou trimestral, por exemplo;
- dos bens e/ou serviços que serão inseridos na cesta a ser pesquisada. Por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) para identificar os bens e serviços mais consumidos por cada faixa de renda e, assim, constrói as cestas que compõem o IPCA, o IPCA-15 e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);
- da metodologia do cálculo, que definirá como combinar em única medida estatística a variação do preço do conjunto de bens e serviços pesquisados. São comuns a metodologia de Laspeyres e a de Paasche.

2. Por que existem tantos índices de preços no Brasil?

Os diversos índices de preços foram construídos ao longo do tempo, com diferentes finalidades. O IPC-Fipe, por exemplo, foi criado pela Prefeitura de São Paulo, com o objetivo de reajustar os salários dos servidores municipais. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) foi instituído para ser usado no reajuste de operações financeiras, especialmente as de longo prazo, e o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) para balizar o comportamento dos preços em geral da economia. O INPC é o índice balizador dos reajustes de salário, e o IPCA corrige os balanços e demonstrações financeiras trimestrais e semestrais das companhias abertas, além de ser o medidor oficial da inflação no país.

A Tabela 1 exemplifica alguns dos índices de preços produzidos no país.

Tabela 1 – Exemplos de Índices de Preços Produzidos no Brasil

Instituto	Nome do Índice de Preços	Índice de Preços ao Consumidor?
IBGE	IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)	Sim
	INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)	Sim
	IPP (Índice de Preços ao Produtor)	Não
	SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) [a]	Não
Ibre-FGV	IGP-M, IGP-DI e IGP-10	Não, mas contêm componente de preços ao consumidor (IPC)
	Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais (IPP)	Não
	IPC-3i (Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade)	Sim
Fipe	IPC-Fipe	Sim
	Fipe-Zap	Não
Dieese	Cesta Básica Nacional	Sim
Sinduscon-SP	Custo Unitário Básico (CUB) da construção civil do estado de São Paulo	Não

Fonte: Gerin. [a] em convênio com a [Caixa Econômica Federal - CAIXA](#).

3. Quais são os principais índices de preço no Brasil?

Os índices de preço mais empregados no Brasil são:

- índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE: IPCA e INPC;
- índices gerais de preços produzidos pela FGV: IGP-DI, IGP-M, além de seus componentes: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC);
- o índice de preços ao consumidor da Fipe, que é o IPC-Fipe.

Há índices de preços que avaliam exatamente a mesma cesta de produtos e serviços, mas que diferem entre si pelo período de coleta. É o caso do IGP-10, do IGP-M e do IGP-DI, construídos do mesmo modo, do IPCA e do IPCA-15.

A Tabela 2 resume as características dos índices de preços mais usados no Brasil.

Tabela 2 – Características dos Principais Índices de Preços

Instituto	Índice	Índices componentes	Faixa de renda (em salários mínimos)	Área de abrangência	Período de coleta de preços	Divulgação	Desde
IBGE	IPCA-15	Não há	1 a 40	9 RMs + Brasília e Goiânia	Do meio do mês anterior ao meio do mês de referência [a]	Até 25 do mês de referência	2000
	IPCA						
	INPC		1 a 5	10 RMs + Brasília, Goiânia e Campo Grande	De 1 a 30 do mês de referência	Até 15 do mês subsequente	1979
FGV	IGP-10	IPA (60%), IPC (30%) e INCC (10%)	1 a 33 no IPC (os demais componentes não são índices de preço ao consumidor)	7 das principais capitais do país	De 11 do mês anterior a 10 do mês de referência	Até 20 do mês de referência	1993
	IGP-M				De 21 do mês anterior a 20 do mês de referência ■1ª Prévia: dia 21 ao último dia do mês anterior ■2ª Prévia: De 21 do mês anterior a 10 do mês de referência	Até 30 do mês de referência ■1ª Prévia: até 10 do mês de referência ■2ª Prévia: até 20 do mês de referência	1989
	IGP-DI				1º - último dia do mês de referência	Até 10 do mês subsequente	1944
Fipe	IPC-Fipe	Não há	1 a 10	Município de São Paulo	1º - último dia do mês de referência, atualizado toda semana	Até 10 do mês subsequente	1939

Fontes: IBGE, FGV e Fipe. [a] O período de coleta do IPCA-15 situa-se, aproximadamente, do dia 15 do mês anterior a 15 do mês de referência. Clique [aqui](#) para saber o período de coleta exato do IPCA-15 em 2016.

4. Qual a importância dos principais índices de preços?

O IPCA é o mais relevante dos índices empregados no Brasil no que se refere à da política monetária, já que foi escolhido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como referência para o sistema de metas para a inflação implementado em junho de 1999. Além disso, as Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B¹), um dos títulos públicos mais negociados no mercado, oferece rentabilidade indexada ao IPCA.

O INPC é muito utilizado em dissídios salariais, pois mede a variação de preços para quem está na faixa salarial de até cinco salários mínimos.

O IGP-DI é bastante tradicional: sua história remonta a 1944. É empregado contratualmente para correção de determinados preços administrados. Até 2005, por exemplo, servia como referência para reajuste das tarifas de telefonia fixa, que, em janeiro de 2006, passaram a ser corrigidas pelo Índice de Serviços de Telecomunicação (IST), que é composto por combinação de índices, entre os quais, IPCA, INPC, IGP-DI e IGP-M.

¹ Recentemente o Tesouro Nacional, através de seu website [Tesouro Direto](#), passou a se referir a esses títulos como “Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais”

O IGP-M é o índice mais empregado como indexador financeiro, até mesmo para títulos da dívida pública federal (NTN-C²). Também é usado na correção de alguns preços administrados, como o preço de energia elétrica.

O IPC-Fipe, apesar de restrito ao município de São Paulo, tem peculiaridades de metodologia e de divulgação (resultados quadrissemanais), que reforçam sua relevância.

Para saber mais sobre títulos públicos brasileiros, consulte o [PMF 6 – Títulos Públicos e Gestão da Dívida Mobiliária](#).

5. Quando e por que se deu a multiplicação de índices usados no Brasil?

O IGP-DI representou, durante décadas, a medida de inflação oficial do país, tendo sido amplamente usado, até mesmo como índice de correção monetária. Trata-se de índice híbrido, isto é, combina preços de atacado e ao consumidor. Essa prática é rara no mundo: os índices de preços se referem, em geral, a preços ao consumidor ou a preços ao produtor. Com o aumento da inflação nas décadas de 70 e 80 e a vigência de múltiplas regras para correção de valores de ativos financeiros, taxa de câmbio, salários, aluguéis e contratos em geral, outros índices ganharam relevância. Foi o caso do INPC, usado como parâmetro de reajuste nos dissídios salariais.

O agravamento do processo inflacionário brasileiro, a partir de 1983, tornou a questão de medir a inflação ainda mais complexa. A adoção dos diversos planos de estabilização econômica foi, quase sempre, acompanhada pela revisão das regras de indexação e por mudanças nas medidas de inflação, tendo havido alterações na metodologia de cálculo, no período de coleta, expurgos de itens, até mesmo descontinuidade de apuração de determinados índices. A necessidade do mercado em contar com um índice divulgado no último dia do mês para correção de contratos referentes a operações financeiras e correção de balanços, por exemplo, motivou a instituição do IGP-M. Por essa razão, a coleta de preços é feita entre 21 do mês anterior ao de referência e 20 do mês de referência.

6. Qual tem sido a importância dos índices de preços nos últimos anos?

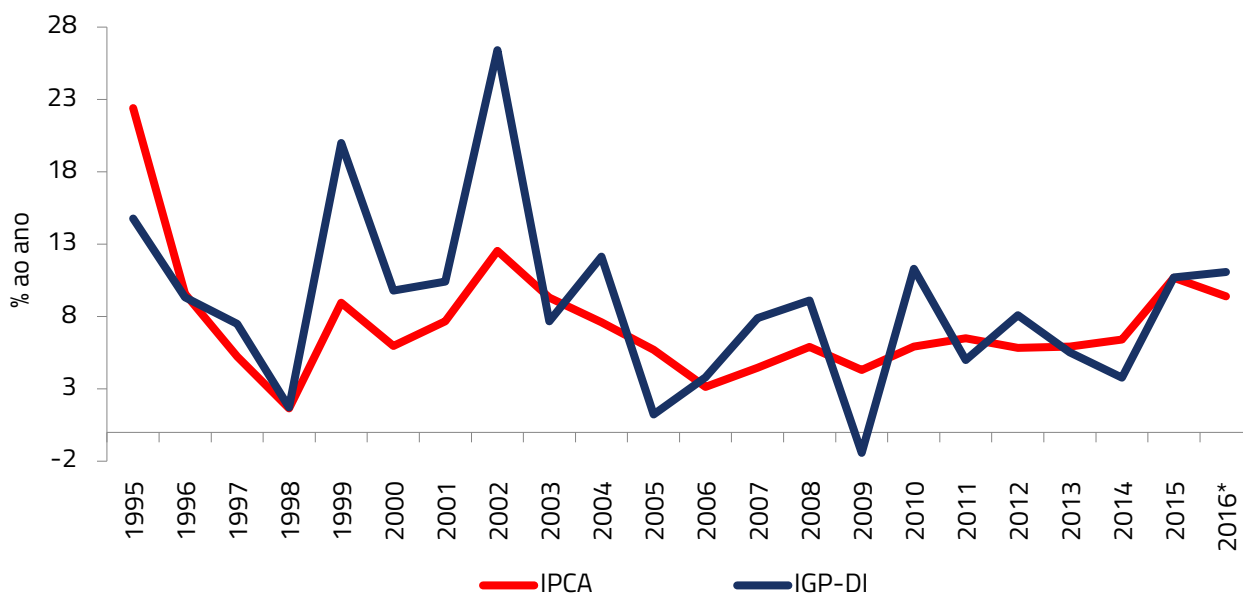
No decorrer da implementação do Plano Real, em julho de 1994, houve ampla desindexação da economia, o que contribuiu para que a discussão sobre as várias medidas de inflação perdesse importância relativa. A partir de 1999, entretanto, essa questão voltou a ganhar destaque em razão de três fatores: (i) adoção do regime monetário de metas para a inflação; (ii) forte realinhamento de preços relativos provocado pela depreciação continuada da moeda brasileira no período 1999-2003; e (iii) persistência de regras de indexação na economia, em particular para os chamados preços administrados por contrato, estabelecidos pelo processo de privatização.

² Recentemente o Tesouro Nacional, através de seu website [Tesouro Direto](#), passou a se referir a esses títulos como “Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais”

Na prática, a adoção do regime de metas para a inflação levou o BCB a buscar o máximo possível de informações sobre a inflação corrente e sua tendência e sobre as expectativas para as várias medidas de inflação.

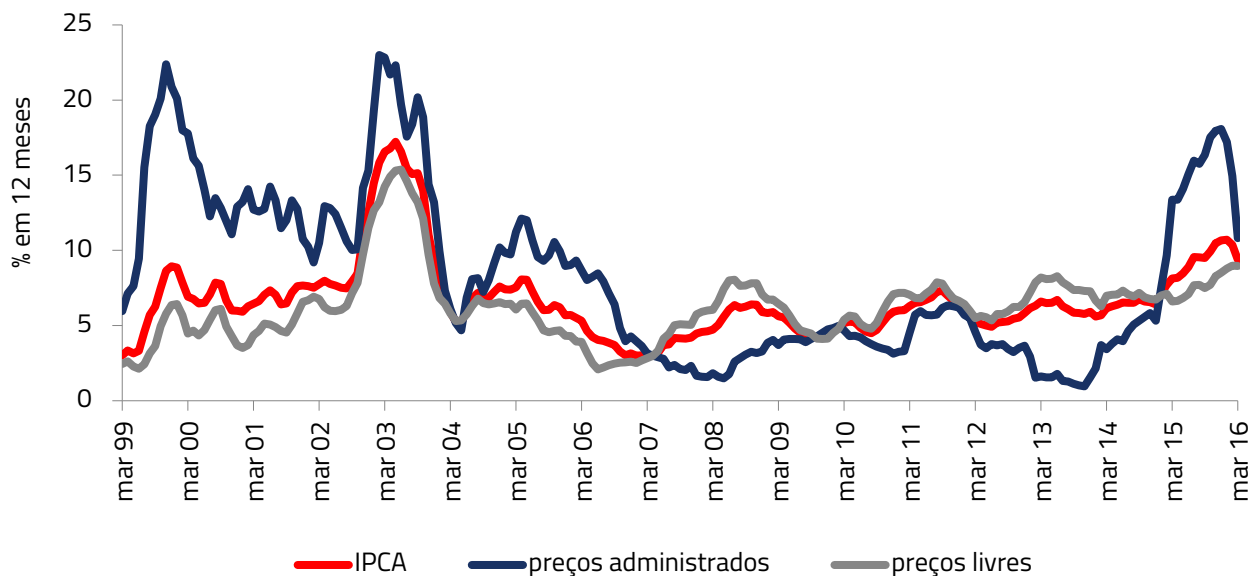
Tendências de depreciação cambial ou de apreciação cambial, que podem ocorrer em regime de câmbio flutuante em diferentes períodos de tempo, podem produzir descasamento temporário dos diversos índices de preços, em particular entre os IGPs e o IPCA, conforme verificado no Gráfico 1. Isso decorre da maior participação relativa dos bens comercializáveis ou *tradables* nos IGPs, comparativamente aos índices de preços ao consumidor. Por fim, na medida em que muitos dos preços administrados por contrato têm correção baseada nos IGPs, o reajuste desses preços pode também descasar temporariamente da variação dos preços formados em mercado ou dos preços livres, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 1 – Variação Anual do IPCA e do IGP-DI



Fontes: IBGE e FGV. (*) 12 meses até março de 2016. Essas duas séries também podem ser encontradas no [Sistema Gerenciador de Séries Temporais](#) do BCB, com os códigos de busca SGS 433 e SGS 190 (todas as referências 'SGS' dizem respeito aos códigos de busca no Sistema Gerenciador de Séries Temporais do BCB)

Gráfico 2 – IPCA, Preços Administrados e Preços Livres (até março de 2016)



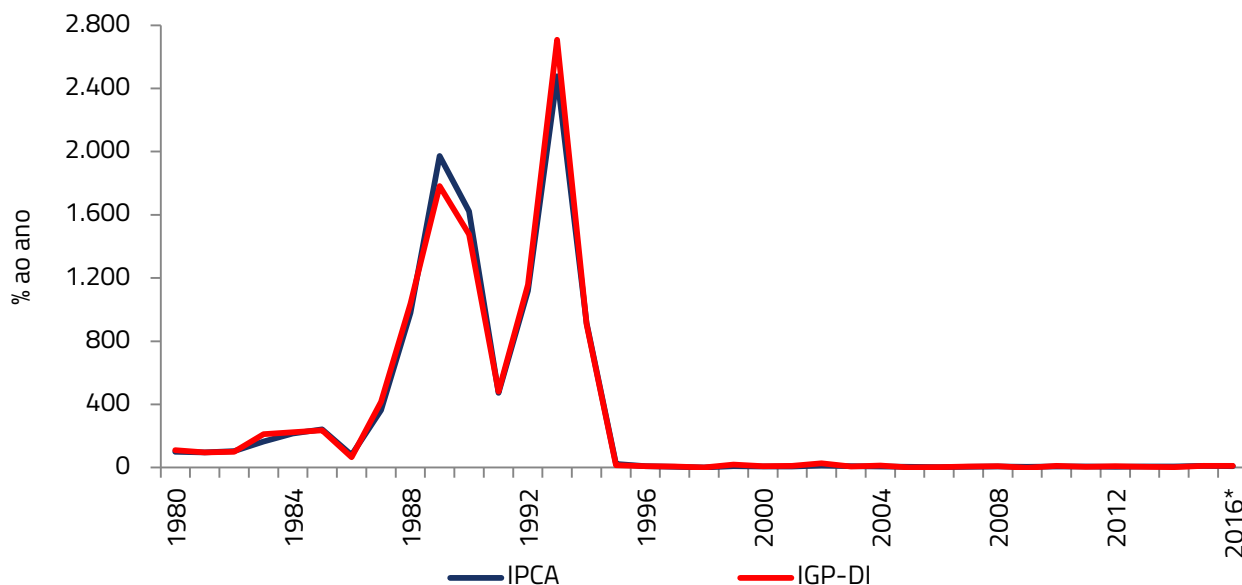
Fontes: IBGE, para o IPCA (SGS 433), e BCB, para os preços administrados (SGS 4449) e os preços livres (SGS 11428).

Comparação entre índices de preços

7. Em prazo mais longo, como se comparam as evoluções do IPCA e do IGP-DI?

O Gráfico 3 apresenta as variações anuais do IPCA e do IGP-DI desde 1980, com os dados correspondentes na Tabela 3 e Tabela 4. Observa-se forte convergência na evolução dos índices. Com efeito, a variação média do IGP-DI, entre 1980 e 2015, foi de 115,05% ao ano, apenas 2,7 pontos percentuais acima da variação média do IPCA.

Gráfico 3 – IPCA e IGP-DI (1980 a 2016*)



Fontes: IBGE e FGV. *variação em 12 meses até março de 2016.

Tabela 3 – Variação Anual do IPCA e do IGP-DI

Ano	IPCA (%)	IGP-DI (%)	Ano	IPCA (%)	IGP-DI (%)	Ano	IPCA (%)	IGP-DI (%)
1980	99,28	110,25	1993	2.477,15	2.708,39	2006	3,14	3,79
1981	95,65	95,20	1994	916,43	909,67	2007	4,46	7,89
1982	104,80	99,71	1995	22,41	14,77	2008	5,90	9,11
1983	164,00	210,98	1996	9,56	9,33	2009	4,31	-1,43
1984	215,28	223,81	1997	5,22	7,48	2010	5,91	11,30
1985	242,25	235,13	1998	1,66	1,71	2011	6,50	5,00
1986	79,66	65,04	1999	8,94	19,99	2012	5,84	8,10
1987	363,41	415,87	2000	5,97	9,80	2013	5,91	5,52
1988	980,22	1.037,53	2001	7,67	10,40	2014	6,41	3,78
1989	1.972,91	1.782,85	2002	12,53	26,41	2015	10,67	10,70
1990	1.620,97	1.476,71	2003	9,30	7,67	2016*	9,39	11,07
1991	472,69	480,17	2004	7,60	12,14			
1992	1.119,09	1.157,84	2005	5,69	1,22			

Fontes: IBGE e FGV. *Variação em 12 meses até março de 2016.

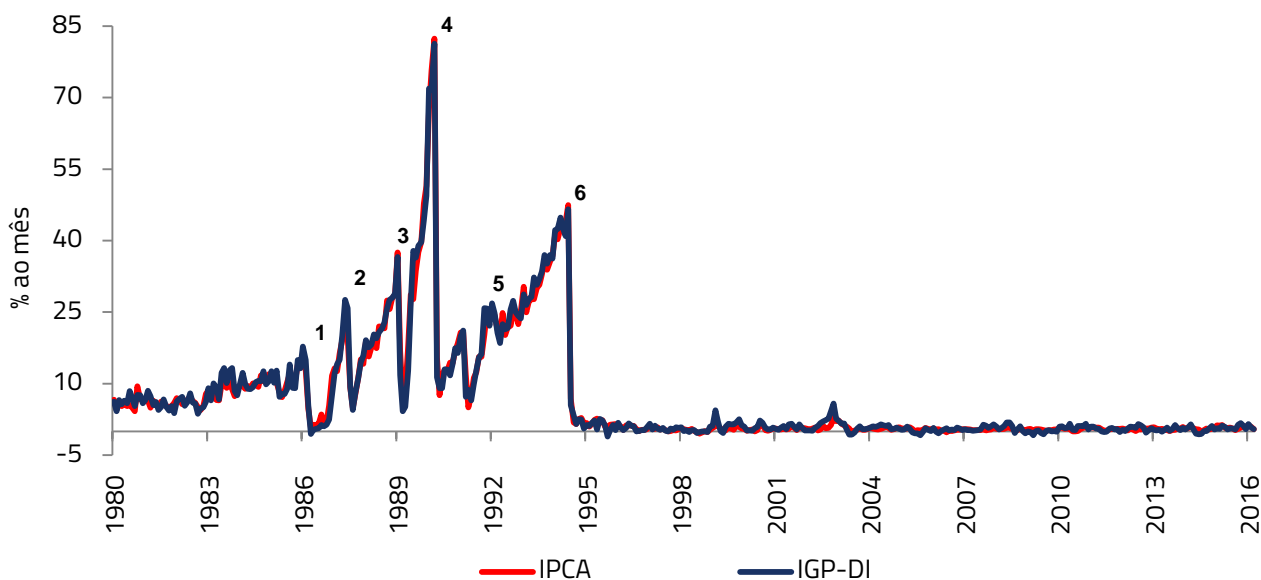
Tabela 4 – IPCA e IGP-DI – Variação Média do Período

Período	IPCA (%)	IGP-DI (%)
1980-89	265,38	271,77
1990-99	270,84	274,11
2000-15	6,71	8,06
1980-15	112,31	115,05

Fonte: BCB.

O Gráfico 4 exibe as variações mensais do IPCA e do IGP-DI nos últimos 36 anos. Os números constantes desse gráfico identificam os planos anti-inflacionários nas duas últimas décadas: (1) Plano Cruzado; (2) Plano Bresser; (3) Plano Verão; (4) Plano Collor; (5) Plano Collor II; e (6) Plano Real. Como se nota, nas cinco primeiras tentativas de estabilização da economia brasileira, ocorreram quedas bruscas da inflação, seguidas de retornos rápidos e em patamares cada vez mais altos. O efetivo controle da inflação só ocorreu com o Plano Real.

Gráfico 4 – IPCA e IGP-DI (janeiro de 1980 a março de 2016)



Fontes: IBGE e FGV.

8. Como o IBGE calcula seus índices de preço ao consumidor (IPCA, IPCA-15 e INPC)?

Os índices nacionais de preço ao consumidor do IBGE (IPCA, IPCA-15 e INPC) são calculados com base na agregação dos índices ao consumidor regionais. Até dezembro de 2013, a coleta cobria as nove maiores regiões metropolitanas do país (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo), além do Distrito Federal e do município de Goiânia. A partir de janeiro de 2014, a coleta de preços para IPCA, IPCA-15 e INPC passou a contemplar a região metropolitana de Vitória e o município de Campo Grande. Os pesos regionais estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Ponderação dos Índices Metropolitanos no IPCA e no INPC

Região Metropolitana	Estado	IPCA (%)	INPC (%)
Belém	Pará	4,65	7,03
Belo Horizonte	Minas Gerais	10,86	10,60
Brasília	Distrito Federal	2,80	1,88
Campo Grande	Mato Grosso do Sul	1,51	1,64
Curitiba	Paraná	7,79	7,29
Fortaleza	Ceará	3,49	6,61
Goiânia	Goiás	3,59	4,15
Porto Alegre	Rio Grande do Sul	8,40	7,38
Recife	Pernambuco	5,05	7,17
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	12,06	9,51
Salvador	Bahia	7,35	10,67
São Paulo	São Paulo	30,67	24,24
Vitória	Espírito Santo	1,78	1,83
Soma		100,00	100,00

Fonte: IBGE.

Os produtos e serviços incluídos em cada um desses índices (IPCA, IPCA-15 e INPC) são determinados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), pesquisa realizada também pelo IBGE. Desde o mês de referência de janeiro de 2012, o IPCA, o IPCA-15 e o INPC incorporaram as estruturas de gastos obtidas da POF 2008-2009.

Como ressaltado na Tabela 2, o IPCA e o INPC cobrem diferentes faixas de renda. O INPC se restringe a assalariados com renda entre 1 e 5 salários mínimos, e o IPCA compreende rendas familiares de qualquer natureza até 40 salários mínimos.

A pesquisa de preços ao consumidor do IBGE está subdividida nos seguintes grupos principais: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação. O peso relativo de cada grupo é reestimado mensalmente, considerando-se a cesta de consumo na data-base e a variação relativa dos preços dos bens e serviços do grupo. A Tabela 6 apresenta os pesos por grupos em março de 2016.

Tabela 6 – Ponderação dos Grupos de Produtos no IPCA e no INPC (em março de 2016)

Grupo	Peso no IPCA (%)	Peso no INPC (%)
Alimentação e bebidas	25,52	31,11
Habitação	15,51	17,76
Artigos de residência	4,25	5,04
Vestuário	5,99	7,24
Transportes	18,49	15,76
Saúde e cuidados pessoais	11,10	9,44
Despesas pessoais	10,62	7,33
Educação	4,71	2,98
Comunicação	3,82	3,33
Soma	100,00	100,00

Fonte: IBGE.

As coletas de preços são realizadas em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (nesse último caso, para apuração do valor de aluguéis e despesas de condomínio). O preço coletado é o valor de venda a vista. Os preços são coletados durante o mês civil, e os índices são divulgados no início do segundo decêndio do mês seguinte.

O IPCA-15 é calculado da mesma forma que o IPCA, mas com o período de coleta adiantado em 15 dias, isto é, computando-se do meio do mês anterior até o meio do mês corrente³. Sua divulgação ocorre por volta de 25 de cada mês. Por razões históricas, o IBGE também divulga o IPCA-E trimestralmente, que, em rigor, é o mesmo índice do IPCA-15, mas com base de dados mais longa, recuando a 1991. Esse índice foi especialmente instituído para correção da UFIR e, a partir de dezembro de 1994, passou a ser divulgado trimestralmente.

Para maiores informações sobre esses índices, veja a [metodologia de cálculo](#).

Metodologia de índices de preços

9. Qual o objetivo e o que mede o Índice de Preços ao Produtor (IPP) do IBGE?

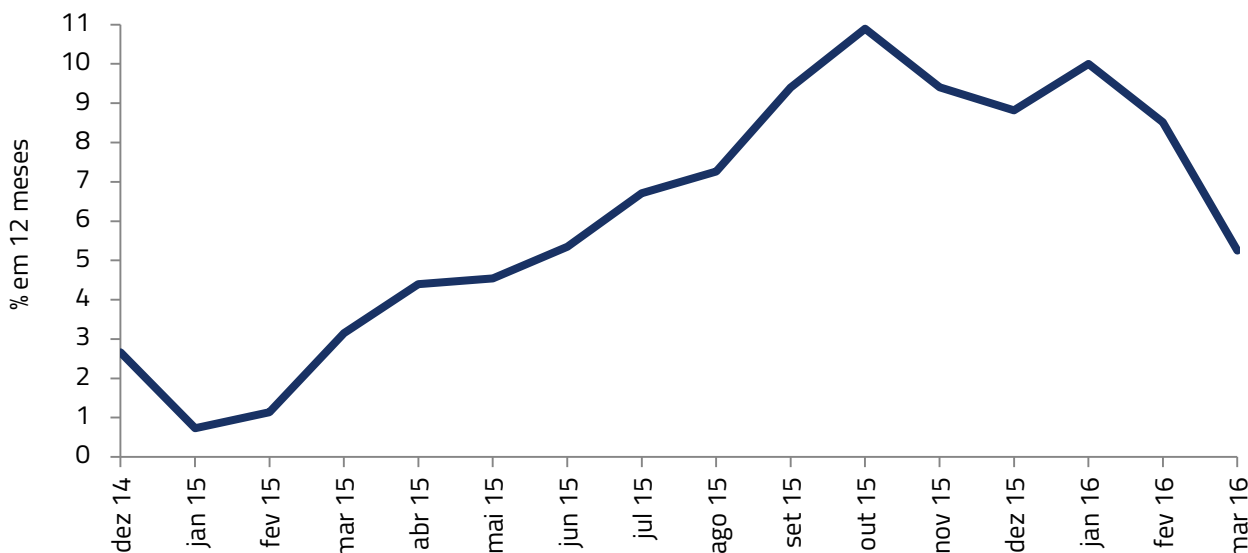
O Índice de Preços ao Produtor (IPP) tem como principal objetivo mensurar a variação média dos preços de venda recebidos pelas indústrias. São consideradas as indústrias extrativas e de transformação, produtoras domésticas de bens e serviços⁴. O Gráfico 5 mostra a evolução do IPP.

³ Veja mais detalhes sobre o período de coleta do IPCA-15 na Tabela 2.

⁴ Veja mais detalhes sobre o IPP na [página do IBGE](#).

O IPP investiga, em pouco mais de 1.400 empresas, os preços recebidos pelo produtor, isentos de impostos, tarifas e fretes e definidos conforme as práticas comerciais mais usuais. Os produtos coletados são especificados em detalhes (aspectos físicos e de transação), garantindo, assim, que sejam comparados produtos homogêneos ao longo do tempo. Com isso, coletam-se cerca de 5.000 preços mensalmente.

Gráfico 5 – Evolução do IPP (até março de 2016)



Fonte: IBGE.

10. Como a Fundação Getúlio Vargas calcula seus índices?

O IBRE da FGV, fundado em 1951, é responsável pelo levantamento dos dados que servem de base para o cálculo dos IGP's (IGP-DI, IGP-M⁵ e IGP-10⁶). A diferença entre os três índices se resume às datas de coleta de preços e divulgação dos resultados apurados. O IBRE divulga também o Índice Geral de Preços – Oferta Global (IGP-OG), que se distingue do IGP-DI pela maior ou menor participação de bens exportados ou importados nos respectivos IPAs.

Cada IGP é a média ponderada dos seguintes índices de preço: o IPA, com peso de 60%, o IPC, com peso de 30%, e o INCC, com peso de 10%. A definição dos pesos, estabelecida ao se implementar o cálculo do índice, foi justificada com base no objetivo de reproduzir aproximadamente o valor adicionado de cada setor (atacado, varejo e construção civil) no Produto Interno Bruto (PIB), àquela época.

Para maiores informações, acesse a [metodologia de cálculo](#).

⁵SGS 189

⁶SGS 7447

11. O que são as prévias do IGP-M?

O IGP-M “cheio” (ou “fechado”, isto é, referente a todo o período de sua apuração) é publicado até o dia 30 de cada mês, computando-se a variação de preços ocorrida entre o 21º dia do mês anterior até o 20º dia do mês a que se refere o índice.

Além disso, são feitas duas apurações prévias dos resultados do IGP-M, divulgadas até os dias 10 e 20 do mesmo mês. Os resultados da primeira prévia referem-se à variação de preços ocorrida nos dez primeiros dias do período coberto pelo índice cheio (período que vai do 21º ao último dia do mês anterior). Os resultados da segunda prévia referem-se aos vinte primeiros dias do período de apuração do IGP-M cheio. Portanto, o resultado da segunda prévia incorpora o da primeira prévia, assim como o resultado final incorpora o resultado da segunda prévia.

Os resultados das prévias não podem ser comparados entre si, nem ambos em relação ao resultado mensal do índice, mas podem ser encadeados (diferentemente dos resultados quadrissemanais do IPC-Fipe).

12. Como é calculado o Índice de Preços por Atacado (IPA)?

O IPA é um índice de preços no atacado de abrangência nacional que é um componente do IGP da FGV. Como o IGP, é divulgado em três versões, que diferem apenas pelo período de coleta dos preços:

- o IPA-DI (medido do primeiro ao último dia de cada mês),
- o IPA-10 (medido do dia 11 do mês anterior ao dia 10 do mês de referência) e
- o IPA-M⁷ (medido do dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de referência).

Os IPAs desdobram-se em subíndices, divididos em dois conjuntos:

- conforme a origem de produção: agropecuários, com peso de 24,2%, e industrial, com peso de 75,8%;
- conforme estágios de processamento: bens finais (36,0%), bens intermediários (39,9%) e matérias-primas brutas (24,2%).

O sistema de ponderações do IPA é construído em etapas. Inicialmente, ponderam-se as séries Produtos Agropecuários, Indústria Extrativa Mineral e Indústria de Transformação de acordo com as participações médias dessas atividades no Valor Adicionado Bruto, calculado pelo IBGE no âmbito das Contas Nacionais. A ponderação da série Produtos Industriais é obtida pela soma das séries Indústria Extrativa Mineral e Indústria de Transformação.

No caso da atividade agropecuária, as ponderações dos produtos integrantes do índice têm por referência os valores de produção médios observados nas pesquisas Produção Agrícola Municipal (PAM) e Produção da Pecuária Municipal (PPM), do IBGE.

Na parcela industrial, as ponderações baseiam-se na Pesquisa Industrial Anual (PIA), também do IBGE.

⁷ SGS 7450

13. Como é calculado o IPC da FGV ?

Até 1989, o IPC era calculado apenas para a cidade do Rio de Janeiro, abrangendo famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos. A partir de janeiro de 1990, cedeu lugar ao IPC-Br⁸, calculado para o extrato de famílias com renda entre 1 e 33 salários mínimos, que voltou a ser referido apenas como IPC algum tempo mais tarde. Sua pesquisa de preços desenvolve-se diariamente, cobrindo sete das principais capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília.

O índice geral é composto por oito grupos: alimentação; habitação; vestuário; saúde e cuidados pessoais; educação; leitura e recreação; transportes; despesas diversas e comunicação. A cesta de consumo foi definida com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE.

Desde 2003, a FGV divulga o IPC-S (semanal). Dois índices especiais são calculados com emprego dos mesmos dados: o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i) e o Índice de Preços ao Consumidor Classe 1 (IPC-C1). O primeiro mede a variação de preços de bens e serviços destinados às famílias compostas, majoritariamente, por indivíduos com mais de 60 anos, o segundo é indicador mensal que mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços para famílias com renda entre 1 e 2,5 salários mínimos mensais.

14. Como é calculado o INCC⁹?

O Índice nacional de Custo da Construção (INCC) mede a evolução mensal de custos de construções habitacionais, com base na média dos índices de sete capitais – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília. A lista de itens componentes do INCC (materiais e equipamentos, serviços e mão-de-obra) e respectivos pesos atualizados é feita com base em orçamentos de edificações previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O INCC desdobra-se em dois grupos: mão-de-obra (16 itens) e de materiais, equipamentos e serviços (51 itens).

15. Como a Fipe calcula o IPC-Fipe?

O IPC-Fipe¹⁰, calculado para a faixa de renda entre 1 e 20 salários-mínimos, é o índice de preços com série histórica mais longa, com início em janeiro de 1939. É coletado apenas no município de São Paulo, que abriga 5,85% da população residente¹¹ e cujo PIB representa 10,73% do PIB brasileiro¹².

⁸ SGS 191

⁹ SGS 192

¹⁰ SGS 193

¹¹ IBGE, [Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2015](#).

¹² IBGE, [Produto Interno Bruto dos Municípios 2010-2013](#).

Metodologicamente, este índice apresenta algumas singularidades. Uma delas refere-se ao cálculo de variações quadrissemanais de preços, em que a média dos preços computada em um grupo de quatro semanas consecutivas é comparada com a média dos preços referente às quatro semanas consecutivas anteriores.

O sistema de pesos foi alterado pela última vez com base em pesquisa de orçamentos familiares realizada em 2009/2010, cujos resultados foram incorporados às coletas de preços a partir de julho de 2011.

O atual sistema contempla os seguintes grupos e seus respectivos pesos: Habitação (30,9%), Alimentação (22,9%), Transportes (17,6%), Despesas pessoais (11,9%), Saúde (7,7%), Vestuário (5,3%) e Educação (3,7%).

Outras questões sobre índices de preços

16. Existem outros índices de preços?

Como mencionado na pergunta 2, há diversos índices de preços além dos principais (mencionados na pergunta 3). Esses outros índices estão geralmente vinculados a cidades/regiões específicas do país ou a atividades setoriais. Destacamos a cesta básica nacional, calculada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos ([Dieese](#)), a cesta básica de São Paulo, divulgada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo ([Procon-SP](#)) em convênio com o Dieese, e o Índice de Custo de Vida (ICV) de São Paulo, também apurado pelo Dieese.

A pesquisa da cesta básica nacional abrange todo o território nacional e acompanha a evolução de treze produtos de alimentação básica.

A pesquisa da cesta básica em São Paulo teve início em 1989, com a coleta diária de preços e marcas dos produtos de um conjunto de bens definido com base no consumo de uma família paulistana padrão. É realizada em 70 supermercados do município. Para obtenção do índice, consideram-se 31 produtos.

O ICV do Dieese engloba 155 bens e serviços e é calculado desde outubro de 1958, no município de São Paulo. Participam 104 famílias de trabalhadores.

17. O que é o núcleo de inflação? Como é calculado?

O núcleo de inflação é um índice de inflação derivado do índice principal, que objetiva obter o componente persistente da inflação, ou a inflação de longo prazo¹³. Por exemplo, é possível calcular o núcleo do IPCA com base em dados desagregados que formam o IPCA.

¹³ Fonte: ROGER, Scott. Core inflation: concepts, uses and measurement. Jul. 1998. Reserve Bank of New Zealand Discussion Paper No. G98/9. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=321390> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.321390>.

O cálculo do núcleo da inflação objetiva a obtenção de medida menos volátil do que os índices tradicionais, possibilitando a visão do comportamento geral dos preços que exclua ou atribua menor peso na composição do índice dos aumentos sazonais e circunstanciais, provocados por fatores temporários ou casuais.

Núcleos de inflação podem ser indicadores úteis aos bancos centrais na condução da política monetária, particularmente em países que adotam o regime de metas para a inflação. O Banco Central do Brasil (BCB), por exemplo, persegue uma meta medida pelo IPCA, e utiliza medidas de núcleo como parte de amplo conjunto de informações que embasa o processo decisório da política monetária. Essas medidas de núcleo são divulgadas periodicamente nos documentos oficiais do Comitê de Política Monetária (Copom).

Com a publicação do Relatório de Inflação de setembro de 2011, o BCB anunciou um conjunto de medidas de núcleo de inflação associadas ao IPCA, que passou a ser representado pelo núcleo por exclusão de alimentos no domicílio e monitorados (IPCA-EX2¹⁴), o núcleo por exclusão (IPCA-EX¹⁵), o núcleo de dupla ponderação (IPCA-DP¹⁶), o núcleo por médias aparadas sem suavização (IPCA-MA¹⁷) e o núcleo por médias aparadas com suavização (IPCA-MS¹⁸)¹⁹.

O Gráfico 6 mostra a variação em doze meses da inflação e das cinco medidas de núcleo descritas acima. Destaca-se que a experiência internacional e a literatura suportam a avaliação de que é importante analisar um conjunto variado de medidas de núcleo, em vez de focar em medidas específicas, já que, na prática, não se consegue especificar um núcleo que seja superior em todos os critérios de avaliação.

¹⁴ SGS 16121

¹⁵ SGS 11427

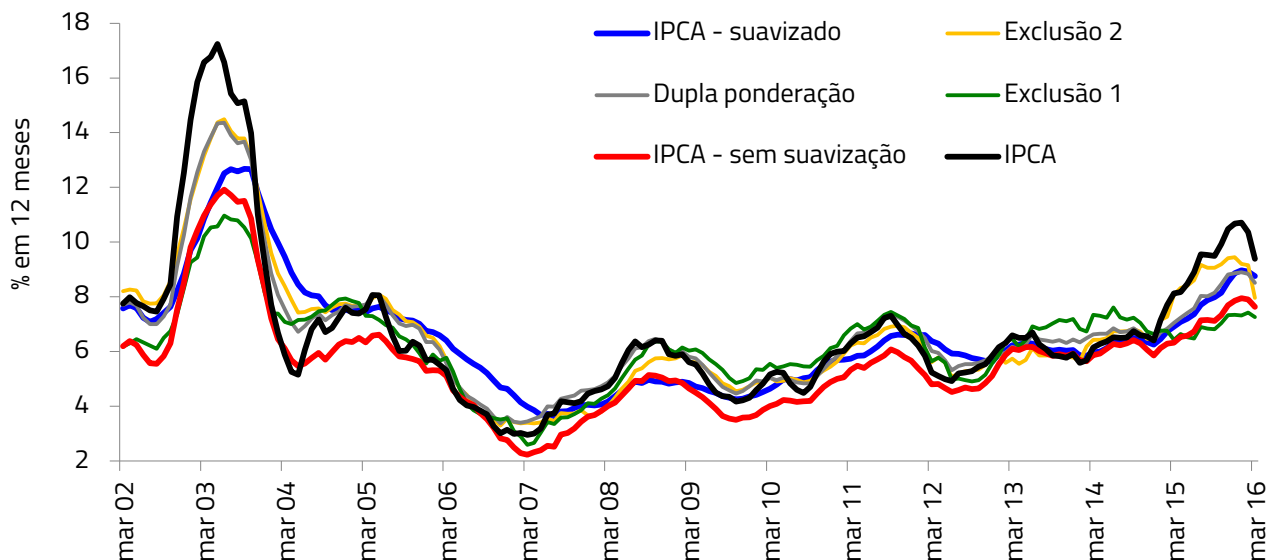
¹⁶ SGS 16122

¹⁷ SGS 11426

¹⁸ SGS 4466

¹⁹ Ver os boxes Metodologia do Novo Conjunto de Medidas de Núcleo de Inflação, publicado no [Relatório de Inflação de dezembro de 2009](#), e Novas Medidas de Núcleo de Inflação, publicado no [Relatório de Inflação de setembro de 2011](#).

Gráfico 6 - IPCA e Núcleos de Inflação (até março de 2016)



Fonte: BCB.

Diversos outros procedimentos, que envolvem cálculos de núcleos de índices de preços, podem ser utilizados. O Instituto de [Pesquisa Econômica Aplicada](#) (Ipea), por exemplo, calcula a tendência da inflação com base em modelo de redução de volatilidade, combinando duas técnicas, de médias aparadas e de suavização exponencial. A FGV apura o núcleo do IPC-Br utilizando o método de médias aparadas simétricas (20% em cada cauda), com preços específicos suavizados ao longo de 12 meses.

Para obter informações sobre as várias medidas de núcleo, consulte, na série de Trabalhos para Discussão do BCB, o estudo [Evaluating Core Inflation Measures for Brazil](#), de Francisco Figueiredo, em inglês.

18. Como posso corrigir um valor pela inflação?

Um recurso oferecido na página do Banco Central na internet é a "[calculadora do cidadão](#)", facilidade que permite atualizar valores nominais por diversos índices de preços. O usuário deve escolher a opção "[Correção de Valores](#)" e, na página que aparecer, selecionar o índice de preços para correção.

Suponha-se, por exemplo, que o usuário pretenda corrigir o valor de seu aluguel, de R\$ 500,00, pelo IGP-M acumulado em 12 meses (entre abril de 2015 e março de 2016, inclusive). O usuário deve preencher a tela conforme mostrado na Figura 1 e selecionar a opção "corrigir valor". O resultado aparecerá no formato da Figura 2: R\$ 557,84.

Figura 1 – Calculadora do Cidadão do BCB – Opção Correção de Valores, Tela Inicial

Correção de valores

Índices de preços TR Poupança Selic CDI

Os campos com * são de preenchimento obrigatório

Correção de valor por índices de preços

Selecione o índice para a correção IGP-M (FGV) - a partir de 06/1989

* Data inicial (MM/AAAA)
(Inclui a taxa do mês inicial) 04/2015

* Data final (MM/AAAA) 03/2016

Valor a ser corrigido 500,00

Metodologia

Corrigir valor Voltar

Fonte: BCB.

Figura 2 – Calculadora do Cidadão – Resultado da Correção pelo IGP-M

BANCO CENTRAL DO BRASIL Calculadora do cidadão

Calculadora do cidadão Ajuda

Início → Calculadora do cidadão → Correção de valores

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	04/2015
Data final	03/2016
Valor nominal	R\$ 500,00 (REAL)

Dados calculados	
Índice de correção no período	1,1156824
Valor percentual correspondente	11,5682400 %
Valor corrigido na data final	R\$ 557,84 (REAL)

Fazer nova pesquisa

Fonte: BCB.

Caso o usuário queira fazer o mesmo cálculo sem utilizar a Calculadora do Cidadão, deve seguir os seguintes passos:

- obter os dados de variação mensal do IGP-M,
- dividir cada valor por 100,
- somar 1 a cada variação e
- multiplicar os valores resultantes entre si, conforme exemplificado na Tabela 7. O valor da multiplicação é o índice de correção do período.
- Multiplicar o índice de correção do período pelo valor a ser corrigido – no exemplo acima, R\$ 500,00.

- Como $R\$ 500 \times 1,1156824 = R\$ 557,8412$, temos que o valor do aluguel corrigido é, aproximadamente, igual a R\$ 557,84.

Tabela 7 – Demonstração do Cálculo do IGP-M Acumulado em 12 Meses (até março de 2016).

	IGP-M (% mensal)	1+ [Variação mensal/100]	Multiplicação dos itens da coluna anterior
abr/15	1,17	1,0117	
mai/15	0,41	1,0041	
jun/15	0,67	1,0067	(1,0117) X (1,0041) X (1,0067)
jul/15	0,69	1,0069	
ago/15	0,28	1,0028	X (1,0069) X (1,0028) X (1,0095)
set/15	0,95	1,0095	
out/15	1,89	1,0189	X (1,0189) X (1,0152) X (1,0049)
nov/15	1,52	1,0152	
dez/15	0,49	1,0049	X (1,0114) X (1,0129) X (1,0051)=
jan/16	1,14	1,0114	
fev/15	1,29	1,0129	
mar/16	0,51	1,0051	1,1156824 = índice de correção do período

Fontes: FGV (ou BCB SGS 189) e Gerin.

19. Onde posso obter as séries históricas mencionadas neste documento?

Para encontrar as séries de dados e atualizar os gráficos e as tabelas aqui expostos, pode-se recorrer às [Séries Temporais disponíveis na página do BCB na internet](#) – Seleção por assunto => Atividade econômica => Preços.

O BCB também disponibiliza [planilhas em Excel®, com os principais indicadores econômicos](#). Os índices de preços encontram-se no Capítulo I – Conjuntura Econômica.